

Saúde LGBT e currículo de enfermagem: visão de futuras enfermeiras
LGBT health and nursing curriculum: vision of future nurses
Currículo de enfermería y salud LGBT: visión de las enfermeras del futuro

Recebido: 24/08/2020 | Revisado: 30/08/2020 | Aceito: 03/09/2020 | Publicado: 05/09/2020

Thenessi Freitas Matta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8247-1671>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: thenessi@gmail.com

Evandro Cabral dos Santos Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7224-2373>

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: enf.evandrojunior@gmail.com

Cristiane Maria Amorim Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1089-2092>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: cmacosta1964@gmail.com

Luciane Marques de Araujo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1952-6814>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: lmdearaujo@gmail.com

Resumo

Objetivo: analisar a abordagem da temática saúde da população LGBT em uma faculdade de enfermagem. Específico: identificar, nas ementas das disciplinas, a temática saúde da população LGBT e descrever, na perspectiva das graduandas, a abordagem do tema em sala de aula. Metodologia: pesquisa de abordagem mista, utilizando formulário para análise das ementas das disciplinas do currículo e, para as 29 graduandas do último período de uma Faculdade de Enfermagem pública no estado do Rio de Janeiro, foram aplicados um questionário de questões sociodemográficas, e realizado entrevista semiestruturada. Resultados: a análise das ementas evidenciou a presença da temática em duas disciplinas de saúde mental. As entrevistas, demonstraram a abordagem superficial do assunto nas disciplinas de saúde da criança, saúde da mulher e ética, mas sem menção em suas ementas.

Constatou-se que as graduandas valorizaram a abordagem, apontando que o aprendizado favorecerá a melhoria da realidade atual de desassistência dessa população. Conclusão: o tema é abordado superficialmente sem um enfoque específico da saúde da população LGBT, mesmo nas ementas que contemplam a temática. Diante do exposto, sugere-se apreciação da temática pelas comissões curriculares das faculdades enfermagem para que o assunto possa ser abordado de forma transversal na grade curricular.

Palavras-chave: Enfermagem; Sexualidade; Currículo; Minorias sexuais e de gênero; Pessoas LGBT; Educação em enfermagem.

Abstract

Objective: to analyze the approach of the health issue of the LGBT population at a nursing college. Specific: to identify, in the course menus, the health theme of the LGBT population and describe, from the perspective of the undergraduate students, the approach of the theme in the classroom. Methodology: a mixed approach survey, using a form to analyze the syllabus of the curriculum subjects and, for the 29 undergraduate students from the last period of a public Nursing Faculty in the state of Rio de Janeiro, a questionnaire of sociodemographic issues was applied, and an interview was conducted half structured. Results: the analysis of the menus showed the presence of the theme in two mental health disciplines. The interviews demonstrated the superficial approach of the subject in the disciplines of child health, women's health and ethics, but without mention in their menus. It was found that the undergraduates valued the approach, pointing out that learning will favor the improvement of the current reality of lack of assistance in this population. Conclusion: the theme is approached superficially without a specific focus on the health of the LGBT population, even in the menus that contemplate the theme. In view of the above, it is suggested that the theme be assessed by the curricular commissions of the nursing faculties so that the subject can be approached transversally in the curriculum.

Keywords: Nurse; Sexuality; Curriculum; Sexual and gender minority; LGBT people; Nurse education.

Resumen

Objetivo: analizar el abordaje del problema de salud de la población LGBT en una facultad de enfermería. Específicos: identificar, en los menús del curso, el tema de salud de la población LGBT y describir, desde la perspectiva de los estudiantes de pregrado, el abordaje del tema en el aula. Metodología: encuesta de enfoque mixto, utilizando un formulario para analizar los

programas de las asignaturas curriculares y, para los 29 estudiantes de pregrado del último período de una Facultad de Enfermería pública en el estado de Rio de Janeiro, se aplicó un cuestionario de aspectos sociodemográficos y se realizó una entrevista. medio estructurado. Resultados: el análisis de los menús mostró la presencia del tema en dos disciplinas de salud mental. Las entrevistas demostraron el abordaje superficial del tema en las disciplinas de salud infantil, salud de la mujer y ética, pero sin mención en sus menús. Se encontró que los estudiantes de pregrado valoraron el enfoque, señalando que el aprendizaje favorecerá la mejora de la realidad actual de desasistencia en esta población. Conclusión: el tema se aborda de forma superficial sin un enfoque específico en la salud de la población LGBT, incluso en los menús que contemplan el tema. En vista de lo anterior, se sugiere que el tema sea evaluado por las comisiones curriculares de las facultades de enfermería para que el tema pueda abordarse de manera transversal en el currículo.

Palabras clave: Enfermería; Sexualidad; Plan de estudios; Minorías sexuales y de género; Personas LGBT; Educación en enfermería.

1. Introdução

Teve-se por objeto a relação do currículo com os saberes dos graduandos do último período da faculdade de enfermagem acerca da saúde da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). À vista disso, buscou-se analisar a abordagem da temática saúde da população LGBT em uma faculdade de enfermagem do estado do Rio de Janeiro, sendo traçado como objetivos específicos Identificar, nas ementas da Faculdade de Enfermagem, a temática saúde da população LGBT e descrever, na perspectiva dos estudantes, a abordagem do referido tema em sala de aula.

Pretendeu-se, a partir da análise das ementas e dos depoimentos dos alunos, contribuir no aperfeiçoamento do curso de graduação. A inclusão das especificidades de saúde desta população favorecerá a qualificação do atendimento de saúde pelos futuros enfermeiros, já que existe pouco conhecimento científico específico, em termos nacionais, sobre as reais necessidades de saúde da população LGBT (Loureiro Roges, Ribeiro de Vasconcelos, & Cavalcante de Araújo, 2015).

Ressalta-se que a política Nacional de Atenção integral a Saúde LGBT, promulgada em 2011, tem entre seus objetivos específicos a qualificação da rede de serviços do SUS para a atenção e o cuidado integral à saúde da população LGBT (Brasil, 2013).

Para o alcance deste objetivo, além do conhecimento específico das necessidades de

saúde da população LGBT, estão a necessidade de acolhimento e a garantia de acesso desta população aos serviços de saúde.

Neste tocante, uma das principais dificuldades para a efetivação dos direitos básicos da população LGBT é o acolhimento humanizado destes usuários pelos serviços de atenção básica, sendo limitado e enviesado por preconceito (E. L. dos Santos, Prigol, de Araújo Lasmar, & Zandoná, 2020; Sousa, Abrão, Costa, & Ferreira, 2011).

Visando alcançá-lo, o acesso aos serviços de saúde deve ser garantido, associado a incorporação de políticas públicas específicas para essa população, visando minimizar a realidade atual que é uma dificuldade de acesso ao atendimento de saúde devido à discriminação e ao preconceito por parte dos profissionais.

Ressalta-se o papel do Estado nas capacitações de formação dos profissionais que operam essas políticas públicas, para que não reproduzam os discursos midiáticos estereotipados e discriminatórios e/ou violentos contra a população LGBT (Duarte, 2012).

Em outras palavras, combater a visão hegemônica biológica binária dos sexos masculino e feminino, obrigatoriamente pautando a orientação sexual pelo sexo biológico oposto e a identidade de gênero em conformação com a atribuída ao nascimento. Essa visão, ao estar presente nos serviços de saúde, pode gerar ações assistenciais e atitudes que vão desde o não atendimento até o atendimento de pouca qualidade ou uma atenção inferior (Araujo & Penna, 2014; World Health Organization & Pan American Health Organization, 2013).

O respeito sem preconceito e sem discriminação é fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde, conforme aponta a Política Nacional de Atenção Integral a população LGBT (Brasil, 2013).

Quando falamos de população e temática LGBT, devemos ter em mente que falamos não apenas do sexo ou de identidade. Falamos de um conjunto de subjetividades que compõem a sexualidade de cada ser humano como o gênero, a orientação sexual, a expressão de gênero e do sexo biológico. Fatores estes que, em conjunto, formam uma parte de todo indivíduo. Diante disso, a própria população LGBT é heterogênea, contendo diversas especificidades de saúde, que devem ser valorizadas para a qualificação da assistência.

Comparados com pessoas heterossexuais, as pessoas LGBT apresentam piores condições de saúde causadas pelo estresse crônico e isolamento social, assim como elevadas taxas de depressão e ideias suicidas, ansiedade, consumo abusivo de tabaco, álcool e substâncias psicoativas. Viver o dia-a-dia tomado(a) pela “ansiedade, pelo medo e pela expectativa de rejeição decorrente da homofobia” podem desencadear o uso abusivo de

drogas ilícitas, tabaco, e álcool, resultando em adoecimento crônico ou morte (Barbosa & Facchini, 2006; World Health Organization & Pan American Health Organization, 2013).

Dados da política nacional para a população LGBT afirmam que “discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social” (Brasil, 2013).

Deve-se entender, então, que a determinação social na interface do processo saúde-doença, em âmbito individual ou coletivo, requer admitir que a exclusão social, decorrente de fatores como desemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde, entre outros, interfere diretamente na qualidade de vida e saúde das pessoas. Neste sentido, requer entender também que, todas as formas de discriminação, como as homofobias/ LGBTfobias, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e doença (Brasil, 2013).

Diante do exposto, a assistência à pessoa LGBT deve ser pautada em uma visão holística e integral e, para tal, os serviços de saúde devem oferecer um atendimento multiprofissional voltado para a identificação das suas necessidades e vulnerabilidades específicas. Reforça-se a necessidade de aprendizado na formação dos futuros profissionais e capacitação e educação continuada dos profissionais de saúde, estejam eles em qualquer nível de atenção, com a inclusão de temáticas relacionadas a sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero (Franklin, Galvão, de Oliveira Boery, da Silva Sena, & Yarid, 2016; Sousa et al., 2011).

2. Metodologia

Esse estudo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso intitulado “Saúde das pessoas LGBT: a contribuição do currículo de enfermagem da UERJ”, que teve uma abordagem quanti-qualitativa.

Para a etapa quantitativa, foi utilizado um questionário auto preenchível com questões sociodemográficas e analisadas a partir de frequência simples e percentual. Para a abordagem qualitativa foi utilizado formulário de sistematização de análise das ementas da faculdade, além do roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas na própria faculdade em horário disponível e previamente combinado com os participantes. As entrevistas foram gravadas em áudio com a anuência dos entrevistados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário era preenchido no momento da entrevista.

O cenário do estudo foi a Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A graduação em enfermagem é composta por nove períodos/semestres sendo os dois últimos de internato em Enfermagem. Ao total, são ministradas 57 disciplinas distribuídas nestes 4 anos e meio de curso.

A Faculdade de Enfermagem da UERJ, por levar em consideração que a sociedade tem uma construção fluida, onde estão inseridas vivências sociais que atingem a todas as classes sociais, constituiu seu currículo com base em conhecimentos científicos envolvendo as ciências sociais e biológicas para gerar conhecimentos técnicos, e assim uma identidade para a profissão. Sua concepção pedagógica se embasa na problematização discutida por Paulo Freire e a concepção e organização de um currículo integrado (Pimentel & David, 2013).

Os participantes que compuseram a amostra intencional eram inicialmente 30 alunos do último período vigente da faculdade supracitada, totalizando o número de alunos matriculados neste período. Entretanto, como foi definido como critério de inclusão, o graduando estar matriculado efetivamente na totalidade do curso e não ter abonado nenhuma disciplina da faculdade, uma participante foi descartada, tendo a população final constado de 29 graduandas.

Para o alcance dos objetivos, em uma primeira etapa, foram analisadas as ementas curriculares da unidade acadêmica disponíveis na íntegra e gratuitamente no site da faculdade (<http://www.facenf.uerj.br/index.php/ementas>), acessadas em maio de 2017. Das 57 ementas que compõem a grade curricular da Faculdade de Enfermagem da UERJ, foram analisadas 44 do primeiro ao sétimo período. As 13 ementas excluídas correspondem aos dois últimos períodos, e são de caráter prático e o contato/aprendizado sobre a população LGBT estará submetido ao acaso. As ementas foram analisadas através de um formulário, com informações relativas ao período acadêmico, a carga horária total, o departamento ou instituto responsável, se abordava ou não a saúde das pessoas LGBT e se poderia acrescentar esta temática pelos enunciados que já constavam nas ementas.

Em um segundo momento foram realizadas 29 entrevistas semiestruturadas em instrumento previamente testado. A técnica escolhida permite a livre evocação de pensamentos deles acerca do tema, permitindo uma melhor compreensão de suas percepções. O roteiro de entrevista continha perguntas sobre a abordagem em sala de aula da temática “saúde das pessoas LGBT”, em quais disciplinas, questões referentes às ementas. Optou-se por numerar as entrevistas de forma a preservar o anonimato das participantes.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a quantificação e qualificação dos dados. A análise dos dados qualitativos foi composta pelos seguintes passos: leitura dos relatos para

entendimento das falas dos entrevistados, classificação das falas, identificação das significâncias atribuídas pelos sujeitos às questões, e comparação com a literatura (Minayo, 2014).

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, tendo sua aprovação: CAAE 70107417.1.0000.5282), em 28 de junho de 2017.

3. Resultados

Os dados foram divididos para a discussão em 3 categorias, a saber: 1- A abordagem da Saúde das pessoas LGBT na sala de aula, 2- As disciplinas, ementas e a temática saúde da população LGBT e 3- O reconhecimento da importância da abordagem da temática saúde da população LGBT na formação profissional.

A população entrevistada foi composta por 29 (100%) participantes sendo todas do sexo feminino e se auto designavam heterossexuais, onde 28 (96,55%) se identificaram com o gênero feminino e 1 (3,45%) como do gênero masculino.

Ao declararem sobre sua religião, as proporções foram 11 (40%) Evangélicas, 6 (21%) Católicas, 3 (10%) Espiritas Kardecista, 3(10%) sem religião, 2 (7%) Adventistas do Sétimo Dia, 1 (3%) Testemunha de Jeová, 1 (3%) Umbandista, , 1 (3%) Evangélica e Kardecista e 1 (3%) pessoa se recusou a responder. Esse padrão se aproxima ao estimado pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE (IBGE, 2010).

Quando questionados sobre sua raça/cor, 14 (48,3%) dos participantes se autodeclararam da cor branca, seguido por 10 (34,5%) pardas e 5 (17,2%) da cor preta. A política afirmativa de reserva de vagas, conhecida como cotas, pode se ver refletida na população do estudo que tem 51,7% de não brancos. A universidade-cenário do estudo se mostra pioneira na implementação dessa política, pois instaura essa reserva nos anos de 2002 e 2003 negros, pessoas com deficiências e egressos do ensino público. Atualmente a reserva de vagas inclui também indígenas e filhos de policiais militares, civis e agentes penitenciários mortos em serviço (A. P. dos Santos, 2012).

A idade variou de 21 a 45 anos, sendo a média e a moda em 24 anos. Os dados estão reunidos na Tabela 1.

Tabela 1: caracterização dos participantes.

Sexo	Feminino	29	100%
	Masculino	0	0%
Identidade de gênero	Feminina	28	96,55%
	Masculina	1	3,45%
Orientação sexual	Heterossexual	29	100%
	Não-Heterossexual	0	0%
Raça/Cor	Branca	14	48,30%
	Parda	10	34,50%
	Preta	5	17,20%
Idade	20 a 29 anos	24	89,75%
	30 a 39 anos	2	6,80%
	40 a 45 anos	1	3,45%
Religião	Evangélica	11	37,00%
	Adventista	2	7,00%
	Testemunha de Jeová	1	3,50%
	Católica	6	21,00%
	Espírita Kardecista	3	10,50%
	Umbandista	1	3,50%
	Sem religião	3	10,50%
	Não respondeu	1	3,50%
	Evangélica e Espírita Kardecista	1	3,50%

N= 29

Fonte: elaborado pelos autores.

4. Discussão

A Abordagem da Saúde das Pessoas LGBT na sala de aula

Não houve um consenso entre os participantes no tocante a abordagem da temática da saúde LGBT durante a graduação. A maioria das entrevistadas, 19 (65,5%), informou não ter recebido este conteúdo, tendo a minoria, 10 (34,5%), percebido algum conteúdo geral referente à população LGBT:

“Olha, LGBT não foi abordado pela gente durante a graduação em momento nenhum”. (E. 25)

“Eu acho que foi muito pouco abordado. Quiçá diria que não foi abordado. É sempre alguma, no máximo um comentário, mais nada. A gente não aprende esse tipo de coisa.” (E. 18)

Percebe-se que esta temática não foi ou foi muito superficialmente abordado, o que faz com que os alunos percebam que o conteúdo não foi dado nas disciplinas.

Entre os que reconhecem que o assunto foi mencionado, há uma ressalva a não sistematização do aprendizado, e, em consequência, a fragmentação do conhecimento e a sensação de superficialidade, conforme aponta o participante:

“O que eu mais percebo é que isso talvez seja um pouco negligenciado. Porque não é nada assim, não existe uma disciplina específica.”

Associado ao reconhecimento da negligência em relação ao tema, existe um reconhecimento da transversalidade da temática, o que leva ao questionamento no que se refere na seleção das políticas que serão discutidas:

“Mas isso se enquadra em todas as nossas abordagens” (E. 18)

“Eu acho que a gente deveria aprender sobre política de saúde que sejam voltadas para esse público específico. Porque se existem políticas públicas voltadas para outros grupos específicos que a gente aprende...” (E. 7)

O fato do hospital universitário da UERJ ser uma unidade de atenção especializada na política do processo transsexualizador, não deixou de ser mencionado pelas entrevistadas, inclusive pela vivência de um participante em uma das etapas deste processo:

“Porque esse hospital aqui ele é referência em mudança de sexo. [...] a gente passou pelo centro cirúrgico e a primeira cirurgia que eu assisti foi de uma menina que estava tirando os seios porque ela queria virar um menino.” (E.7)

Esse não consenso sobre a temática ser abordada no currículo pode, possivelmente, ser justificada pela percepção dos alunos que não há uma discussão específica sobre a temática “saúde da população LGBT” e a assistência à mesma, principalmente no que se refere a política pública, seja a específica para o processo transsexualizador, seja para a política de saúde integral para esta população. O que existe são conteúdos de terminologias, discussões de gênero e seminários levantados por outros estudantes. Neste sentido, podemos constatar que o conteúdo referente à saúde população LGBT, foi trabalhado superficialmente durante a graduação, já que os alunos não a reconhecem como parte de seu aprendizado.

Esses dados estão na contramão ao que é proposto pela política de saúde LGBT, onde em sua terceira diretriz encontramos o seguinte enunciado “III - inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território”.

Em março de 2017, foi lançado, pelo Ministério da Educação, o Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, tendo por objetivo: promover iniciativas de respeito à diversidade e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no ambiente universitário, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão e de proteção e promoção dos direitos humanos nas instituições de ensino superior. Entre as instituições associadas, encontra-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este convênio só reforça a necessidade de incorporação deste conhecimento às grades curriculares (Brasil, 2017).

Esta carência de conhecimento pode se refletir na vida profissional desses graduandos e perpetuar a realidade atual de desassistência e evasão da população LGBT dos serviços de saúde (Brasil, 2013; Costa, Corrêa, & Ribeiro, 2015; World Health Organization & Pan American Health Organization, 2013).

As disciplinas, ementas e a temática “Saúde da população LGBT”

Através da análise das ementas, identificou-se e a aproximação da temática em duas disciplinas de saúde mental. A disciplina Promovendo e “Recuperando a Saúde Mental 2”, apresenta os seguintes enunciados em suas ementas: “Identidade, sexualidade, jogo dependência / independência, necessidade de pertencimento”, “Autonomia, definição sexual, vida profissional, autoafirmação”. [grifo dos autores]

Já na disciplina Promovendo e “Recuperando a Saúde mental 5”, encontramos os seguintes enunciados: “Gênero e sexualidade: interface com a enfermagem; Conceito de gênero; Gênero e sexualidade; Sexualidade adolescente; Sexualidade e reprodução; Abordagem de enfermagem em saúde mental relacionada às questões da sexualidade”; “Homossexualidade; Identidade homossexual; Homossexualidade em tempos de AIDS; O travesti; Abordagem de enfermagem em saúde mental relacionada às questões da homossexualidade e Ações de Enfermagem em Saúde Mental ao portador de HIV/DST AIDS”. [grifo dos autores]

Das graduandas que reconheciam alguma aproximação com a temática, 6 (21%) reconheceram que a disciplina que tratava de saúde mental, em algum momento, tratou da temática saúde da população LGBT:

“Eu lembro de falar um pouco em saúde mental, eu não me lembro muito bem do que foi abordado. Mas eu lembro de mencionarem alguns casos da população LGBT.” (E. 13)

Ressalta-se que são disciplinas sobre saúde mental que em suas ementas retratam assuntos sobre a temática LGBT, dando margem para interpretação de que essa população pode sofrer de algum transtorno mental.

A experiência do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro aponta que as pessoas transexuais relatam intenso sofrimento psíquico, com tentativa de suicídio, depressão transtornos alimentares e angústias, tendo entre as causas as consequências sociais intrínsecas a sua condição (Márcia, Zaidhaft, & Murta, 2008).

Ressalta-se que pensar em saúde da população LGBT é também falar dos problemas psicológicos que as pessoas fora da “normalidade binária” da sociedade podem vir a desenvolver. Entretanto, discutir apenas este aspecto da assistência pode associar a população LGBT à lógica da patologização, o que vem sendo combatido cotidianamente. O foco específico deve ser nos agravos psicológicos advindos do preconceito social a que esta população é exposta.

A despatologização da homossexualidade começa com a retirada do “homossexualismo” (termo utilizado à época) do Manual de Diagnósticos de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Mundial na década de 80. Já na década de 90 foi a vez da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados (CID) à saúde da Organização Mundial da Saúde retirar o termo de seu texto (Lionço, 2009).

Ao contrário da homossexualidade, a categoria de transgêneros, composta por travestis e transexuais, não foi incluída nesse processo de despatologização. Ainda estando presente o termo, tanto no DSM como no CID, sob o cunho de ‘disforia de gênero’, o diagnóstico do que

é considerado uma patologia torna-se necessário para que a pessoa transexual possa ter acesso ao processo transsexualizador. Apenas recentemente, em 2018 e em sua 11ª versão do Código Internacional de Doenças, a Organização Mundial de Saúde retirou a transexualidade da categoria de doença mental e a moveu para a categoria de condições de saúde sexual. Com isso, a OMS reconheceu que a transexualidade não é uma doença, assim como a homossexualidade foi reconhecida no passado, mas que restam cuidados específicos significantes para essas pessoas, como no caso do Brasil, para que o processo transsexualizador ser disponibilizado no SUS (Bento & Pelúcio, 2012; World Health Organization, 2018).

Já a população bissexual, além de estar submetida aos preconceitos que gays e lésbicas enfrentam, também estão submetidos ao estereótipo de não existência, de invisibilidade. É comum para bissexuais ouvirem que “estão em cima do muro”, “não se decidiram ainda”, “são assim porque são viciados em relações sexuais e não querem admitir” ou que “são assim porque é difícil acharem uma relação sexual e se limitarem a um sexo apenas”. Isso se soma aos outros preconceitos possivelmente fazendo bissexuais esconderem fatos os quais poderiam ser relevantes em um atendimento à saúde.

Portanto, no tocante as disciplinas, somente duas disciplinas de temática voltadas à saúde mental possuem em suas ementas aproximação à temática saúde da população LGBT, que é confirmado pelas falas das graduandas.

Apesar de apenas duas disciplinas terem em suas ementas temas relacionados à saúde da população LGBT, alguns estudantes relataram que conteúdos com proximidade com a temática LGBT foram abordados por alguns professores em determinadas disciplinas, apesar de não constar em suas ementas. Todavia, corroborando com as falas anteriores, de maneira superficial e que não tinha como objetivo a saúde da população LGBT especificamente.

As 10 (34,5%) participantes, que reconheceram algum conteúdo relacionado à temática LGBT como tendo sido apresentado de alguma forma, enfatizaram que não houve referência à política, ou seja, foi abordado de maneira superficial:

“Eu lembro muito disso... de gênero... ser falado no sexto período pelos professores de saúde da mulher e acho que saúde da criança.” (E. 19)

“Olha eu acho se abordou um pouquinho mais sobre gênero em saúde da mulher. Acho que do sexto período. Mas também se encerrou muito nela, não falou muito da questão LGBT. Não falou das políticas sobre isso.” (E. 17)

As disciplinas referidas são “Atenção Integral à Saúde da Criança I” e Saúde e Mulher 1”. Na primeira, referente à criança, não foi encontrada nenhuma menção à saúde da população LGBT na ementa, mesmo que superficialmente, a disciplina tem em sua ementa os tópicos “Características biológicas da adaptação do neonato à vida extra uterina” e no “Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança”.

Na ementa da disciplina de saúde da mulher encontram-se alguns tópicos que podem propiciar uma aproximação com a temática saúde da população LGBT, como “Representações acerca do ser homem e do ser mulher, identificando as diferenças biológicas e sociais”, “conceito de gênero” ou “Discutir e analisar os papéis sexuais como forma de poder”.

Destaca-se a possibilidade do currículo, diante do que se apresenta na ementa, trabalhar em convergência com objetivos expressos na política de saúde voltada à população LGBT, como a prevenção de casos de câncer ginecológicos entre lésbicas e mulheres bissexuais, e a atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos da população LGBT. Além disso, a sensibilização de profissionais, e futuros profissionais, a respeito dos direitos de pessoas LGBT com a inclusão do tema nos currículos escolares e políticas de educação permanente (Brasil, 2013).

As doenças como o câncer de mama e de colo de útero são agravadas pela baixa utilização dos serviços de saúde por mulheres lésbicas.

Os mitos como “a relação sexual entre mulheres não oferece risco de contaminação por DSTs”, “DSTs são doenças provenientes de homens” ou “o ginecologista é o médico que trata de questões ligadas ao sexo com homens e à reprodução” estão sustentados pelo estigma que as relações homoafetivas entre mulheres não é “verdadeiro” sexo” (Barbosa & Koyama, 2006; Facchini, 2004).

A heteronormatividade é o conceito que estipula a sexualidade como correta apenas quando de ordem heterossexual o que pode levar a um despreparo em conviver com a pluralidade da orientação sexual e da identidade de gênero, já que são discordantes da cisheteronormatividade (Araujo & Penna, 2014).

Constata-se que não há menção nas falas das graduandas em relação ao homem com orientação sexual homossexual ou bissexual ou a pessoa transexual, seja mulher ou homem. Entretanto, existe disciplinas específicas para a saúde do homem, mas tratam apenas do homem cisgênero, não havendo evidências nas ementas desta possibilidade de ampliação. Como exemplo, a disciplina “Saúde do Adolescente, do Adulto e do Idoso e o mundo do

Trabalho 1”, que apresenta como parte do macro objetivo a superação de práticas tradicionais de atenção à saúde, centrada no indivíduo, no biológico e na ação médica.

Outra disciplina citada como tendo aproximação com a temática LGBT foi “História de Enfermagem e Ética profissional”, conforme aponta a participante:

“também quinto período, em ética em enfermagem, porque teve uns trabalhos que a gente apresentou. E o que era falado mais ou menos era defesa dos direitos [...] o respeito também à dignidade humana.” (E. 19)

Em sua ementa não há menção explícita à saúde da população LGBT. Mas alguns tópicos como “Conceito de Ética Profissional e sua aplicação na Enfermagem” e a “Organização do Processo de Trabalho de Enfermagem e os aspectos éticos, legais e sociais presentes no atendimento ao usuário do sistema de saúde”, podem ter contribuído para a discussão ao atendimento às pessoas LGBT livre dos preconceitos e embasados em princípios de respeito e dignidade humana.

Os trabalhos mencionados pelos participantes são seminários apresentado pelos alunos, onde os mesmos selecionam uma temática buscando argumentos morais favoráveis e contrários a esta temática e apresentam para a turma, com um momento para discussão.

Um dos argumentos para a incorporação desta discussão à disciplina é que a capacitação técnico-científica não é suficiente para a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. É necessário que aconteça uma reflexão no campo da ética, já que sua implantação exige, no mínimo, a incorporação de princípio de respeito à dignidade humana de LGBT” (Sousa et al., 2011).

Entretanto, a incorporação da temática transexualidade ficou associada, para as graduandas, à expertise no assunto do professor, já que não há referência específica sobre a temática LGBT na ementa:

“Eu sei um pouco porque eu tive muito contato com a professora de ética profissional e ela teve uma carreira, uma experiência nessa área, então ela abordava.” (E. 26)

No mesmo sentido, questões anteriormente citadas ,como o processo transsexualizador não ser abordado mesmo o hospital sendo referência, podem ser sanadas através de projetos de extensão, mais uma vez a depender do interesse e expertise de algum/ns proferro/es (Costa et al., 2020).

Entretanto, tudo que é lecionado em sala de aula não está claro e escrito no currículo de uma instituição, mas faz parte do cotidiano das instituições. Para o autor, esses processos estão presentes em grande parte das instituições, mas não estão claros no currículo e muito menos organizados e/ou planejados, sendo essas ações de abordagem implícita, as quais caracterizam o que seria o currículo oculto, podendo ser positivas ou negativas no processo de formação (Shirley, 2013).

Neste contexto, o aprendizado das graduandas seria um ponto bastante positivo. Entretanto, dada a relevância desta temática na formação dos profissionais, parece ser bastante perigoso que este conhecimento não esteja explícito nas ementas, já que leva a uma sensação de desconhecimento por parte das graduandas por conta da superficialidade como é tratado. Além disso, a inclusão de temas por conta da expertise dos professores também não parece uma solução adequada, já que, em caso de ausência do professor na disciplina, este conteúdo não será mais incluído nas discussões. Diante do exposto, a avaliação das ementas e a incorporação formal de novas temáticas e políticas públicas promulgadas, pode minimizar o déficit de conhecimento e tornar o currículo aparente.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, objetiva garantir os princípios do SUS, principalmente a equidade, integralidade e universalidade, à uma população que convive diariamente com o preconceito da sociedade. A política reconhece que todas as formas de discriminação devem ser consideradas como determinantes sociais de sofrimento e de adoecimento. (Brasil, 2013)

O reconhecimento da importância da abordagem da temática Saúde das pessoas LGBT na formação profissional

Apesar da evidente carência na formação da temática saúde da população LGBT, as graduandas veem positivamente a eliminação do preconceito e a abordagem do assunto em sala de aula, sendo reconhecido como um fator modificador da realidade por 26 (89,65%) das participantes:

“Se você discutir isso dentro de sala, você pode trazer a luz para algumas pessoas que de repente não se atentaram... E de repente você cutuca esse tema, pode ser que algumas cabecinhas se abram e tenham suas próprias opiniões e não ficam só repetindo aquilo que elas aprenderam a vida toda. Para mim seria importante sim.”
(E. 16)

Esta fala se associa ao percentual elevado de graduandas que informam ter religião, 25 entrevistadas (86,2%), visto que a moralidade vigente em algumas destas religiões condenam o comportamento da população LGBT.

O ser humano é formado em um contexto social onde instituições como religião e família contribuem na construção de sua subjetividade. Entretanto, o profissional não pode ser conduzido por falsos julgamentos quando está cuidando de outra pessoa (Cortez & Teixeira, 2010).

A fala da graduanda vai neste sentido, já que ressalta a necessidade da reflexão dos valores/princípios transmitidos pelas instituições e principalmente da relação do que é público e privado na assistência prestada à população.

A necessidade deste aprendizado também está associada à qualificação profissional para o atendimento:

“Até porque eles devem ter suas especificidades no cuidado ... Porque isso a gente vai encontrar isso no dia a dia” (E. 11)

“Quanto mais a gente fala de um assunto, melhor é. A gente se apodera desses conhecimentos, tem condições de prestar uma assistência de qualidade.” (E. 29)

A enfermagem ser o maior grupo profissional nos serviços de saúde, dispendo de maior tempo de contato direto na assistência aos clientes e o primeiro contato normalmente na porta de entrada do sistema de saúde- a unidade de saúde da família. Portanto conhecer essa temática, estar qualificado e apto para atender essa população eticamente é de suma importância para transformar a assistência atual, onde essa população tem uma grande evasão dos serviços de saúde, conseguindo colocar em prática os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) (Garcia, Albuquerque, Drezett, & Adami, 2016; Pinheiro & Zeitoune, 2008; Sehnem, Rodrigues, Lipinski, Vasquez, & Schmidt, 2017).

Torna-se relevante, então, discutir as questões relacionadas as políticas de saúde para a população LGBT com os graduandos de enfermagem.

5. Considerações Finais

O estudo evidenciou que apenas duas disciplinas apresentam conteúdos que se aproximam da temática saúde da população LGBT, que são da área de saúde mental. Três

disciplinas abordam temas relacionados a saúde LGBT, apesar de não constarem nas referidas ementas. São elas, as disciplinas de História da Enfermagem e Ética profissional, Atenção Integral à Saúde da Criança I e Saúde e Mulher 1. Entretanto, entre os alunos, não há consenso sobre esta abordagem em sala de aula. Entre os que reconhecem esta abordagem, há uma constatação da superficialidade como é tratado o tema, já que não percebidos como relacionados especificamente a saúde da população LGBT. Apesar desta constatação as graduandas reconhecem a importância da temática para sua construção profissional. É necessária a reformulação das ementas para que efetivamente as políticas que são relacionadas à saúde da população LGBT sejam incorporadas nas unidades acadêmicas.

Recomenda-se a abordagem da saúde do público LGBT de maneira transversal durante as disciplinas e períodos, saindo do contexto heteronormativo que engessa o aprendizado e perpetua o preconceito e discriminação deste grupo LGBT. Sugere-se, inclusive, uma disciplina eletiva pautada nas especificidades de saúde dessa população, que minimizasse, a princípio, as lacunas do currículo neste tocante.

E, por fim, o aprofundamento nas discussões das comissões curriculares dos cursos de enfermagem quanto a esta temática evitará contextualizações passíveis de serem interpretadas com preconceito e para que os currículos possam se ajustar às demandas sociais atuais.

Este estudo encontra limitações já que aponta as percepções de apenas um dos lados atuantes no processo ensino-aprendizagem, o educando, não obtendo a visão sobre o assunto do outro ator desse processo, o educador. Sugere-se que mais pesquisas sejam feitas nesta perspectiva, no intuito de melhorar cada vez mais o ensino em enfermagem e, por conseguinte, a assistência integral à saúde. A pesquisa também deve ser ampliada para outras faculdades de enfermagem e outras unidades acadêmicas.

Referências

Araujo, L., & Penna, L. (2014). *A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher*. Recuperado de <http://www.facenf.uerj.br/v22n1/v22n1a21.pdf>

Barbosa, R. M., & Facchini, R. (2006). Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. *Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde*.

Barbosa, R. M., & Koyama, M. A. H. (2006). Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1511–1514.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700015>

Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 569–581. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>

Brasil. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (1ª). Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Brasil. (2017). *Pacto universitário de educação em direitos humanos – Documento orientador*. Recuperado de <http://edh.mec.gov.br/arquivos/documento-orientador.pdf>

Cortez, E. A., & Teixeira, E. R. (2010). O enfermeiro diante da religiosidade do cliente. *Revista Enfermagem UERJ*, 18(1), 14–19.

Costa, C. M. A., Corrêa, M. C. D. V., & Ribeiro, C. D. M. (2015). Capacidades Básicas das Mulheres Transexuais: Estratégia de Avaliação da Efetividade do Processo Transsexualizador no Brasil//Basic Capabilities for Transsexual Women: Strategies for the Evaluation of the Brazilian" Processo Transsexualizador". *DIVERSITATES International Journal*, 7(1), 18–39. Recuperado de <http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/91>

Costa, C. M. A., Nascimento, G. B., de Araujo, L. M., dos Santos Franco, C., Dias, I. F., Alves, L. T. dos S. C., & de Carvalho Ferreira, D. (2020). Espaço de cuidado de Enfermagem aos transexuais: relato de uma atividade extensionista. *Research, Society and Development*, 9(9), e65997081--e65997081.

dos Santos, A. P. (2012). Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. *Revista de Ciências Humanas*, (2), 289–317. Recuperado de <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/05/1132.pdf>

dos Santos, E. L., Prigol, A. C., de Araújo Lasmar, S., & Zandoná, N. S. (2020). Dificuldades enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros ao atendimento no Programa de Saúde da Família. *Research, Society and Development*, 9(9),

e193997024--e193997024.

Duarte, M. J. O. (2012). Políticas Públicas para a população de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT): Uma questão de Direitos Humanos e de Cidadania. *Revista Advir*, 92–99. Recuperado de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31468977/ADVIR28.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1556845686&Signature=5suB2%2F7baKyDr4%2F6nzYsa2f7Mi4%3D&response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DPolíticas_Publicas_para_a_populacao_

Facchini, R. (2004). Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. *Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde*, 34–43.

Franklin, T. A., Galvão, R. A., de Oliveira Boery, R. N. S., da Silva Sena, E. L., & Yarid, S. D. (2016). Bioethics protection at the lesbians, gays, bisexuals and transgender accessibility. *Journal of Nursing UFPE on Line*, 10(9), 3483–3488. Recuperado de <https://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=19818963&AN=118901619&h=gY5%2FitwefX3GSExOzEUhSG7Cljf017iPO8OKI OJ1kbToHw8dy6kBuo7uADoernalu0MXhiV7LrHVQkrwklglDfQ%3D%3D&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=>

Garcia, C. D. L., Albuquerque, G. A., Drezett, J., & Adami, F. (2016). Health of sexual minorities in north-eastern Brazil: representations, behaviours and obstacles. *Journal of Human Growth and Development*, 26(1), 95. <https://doi.org/10.7322/jhgd.110985>

IBGE. (2010). Censo Demográfico 2010. Características da População e dos Domicílios. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Lionço, T. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transsexualizador do SUS: Avanços, impasses, desafios. *Physis*, 19(1), 43–63. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>

Loureiro Roges, A., Ribeiro de Vasconcelos, E. M., & Cavalcante de Araújo, E. (2015). Needs in the health sector related to the LGBT population (lesbians, gays, bisexuals and transvestites). *Journal of Nursing UFPE / Revista de Enfermagem UFPE*, 9(5), 8473.

<https://doi.org/10.5205/01012007>

Márcia, A., Zaidhaft, S., & Murta, D. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822008000100008>

Minayo, M. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Recuperado de <http://pesquisa.bvsalud.org/cvsp/resource/pt/lil-756846?lang=es>

Pimentel, M., & David, H. (2013). Formação crítica de enfermeiros: repercussões na universidade do estado do Rio de Janeiro. *Revista Enfermagem UERJ*, 21(2), 247–253. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/7212>

Pinheiro, J., & Zeitoune, R. C. G. (2008). Hepatite B: conhecimento e medidas de biossegurança e a saúde do trabalhador de enfermagem. *Hepatite B: Conhecimento E Medidas De Biossegurança E a Saúde Do Trabalhador De Enfermagem*, 12(2), 258–264. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000200009>

Sehnm, G. D., Rodrigues, R. L., Lipinski, J. M., Vasquez, M. E. D., & Schmidt, A. (2017). Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. *Rev Enferm UFPE on Line*, 11(4), 1676–1684. <https://doi.org/10.5205/reuol.9763-85423-1-SM.1104201716>

Shirley, M. (2013). Uma Abordagem Sobre Currículo E Teorias Afins Visando À Compreensão E Mudança. *Espaço Do Currículo*, 340–354. <https://doi.org/10.15687/rec.v6i2.3732>

Sousa, P. J. de, Abrão, F. M. da S., Costa, A. M. da, & Ferreira, L. O. C. (2011). Humanization on the embracement of lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals in primary care: bioethical thoughts for nursing. *Journal of Nursing UFPE on Line [JNUOL/DOI: 10.5205/01012007]*, 5(4), 1064–1071. <https://doi.org/JNUOL/DOI:10.5205/01012007>

World Health Organization, W. (2018). ICD-11: International Classification of Diseases 11th Revision. Retrieved from <https://icd.who.int/en>

World Health Organization, W., & Pan American Health Organization, P. (2013). Addressing the causes of disparities in health service access and utilization For lesbian, gay, bisexual and trans (LGBT) persons. Recuperado de who.int website: https://www.who.int/hiv/pub/populations/lgbt_paper/en/

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Thenessi Freitas Matta – 25%

Evandro Cabral dos Santos Junior – 25%

Cristiane Maria Amorim Costa – 25%

Luciane Marques de Araujo – 25%